



BATE-PAPO BUSCA CENTRAL DO ASSINANTE E-MAIL SHOPPING UOL **INDIC**

Navegue por aqui >> Sistema JC Canais e Sites Parcel

Chat Promoções Busca Anuncie Max: 29º Min:21º

Cidadania



GAJ
Debi
sobr
ONG

- Clique Denúncia
- Colunas
- Consumidor
- Desaparecidos
- Direitos Humanos
- Documentos
- Eleições 2004
- Empresa Cidadã
- Meio Ambiente
- Ongs
- Reclamações
- Trabalho
- Notícias

PARCEIROS

- AACD
- Adecon/PE
- Aliança Empresarial pelo Nordeste
- Desarme.org
- Disque Denúncia/PE
- Doutores da Alegria
- Escola de Contas
- Fórum de Mulheres de Pernambuco
- Fundação Abrinq
- Gajop
- Intercidadania
- Lar do Neném
- Nacc
- Recife Voluntário
- Rits
- Tortura Nunca Mais



.Colunas

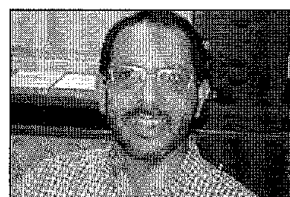
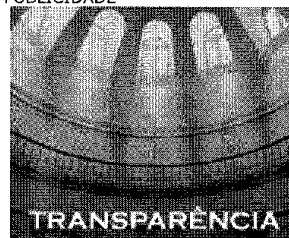
.Home / Cidadania

OPINIÃO GAJOP

Execuções sumárias no Brasil: as recomendações da ONU

Acontece em Genebra, desde o dia 15 de março e segue até o final de abril, a 60ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos da ONU, ocasião em que a relatora especial sobre Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, Asma Jahangir, apresentará no plenário da Comissão o relatório sobre a visita oficial realizada ao Brasil entre os dias 16 de setembro e 8 de outubro de 2003. Na ocasião, a relatora visitou nove cidades de seis estados brasileiros, mantendo contato com representantes governamentais, das polícias civil e militar, do Ministério Público, do Poder Judiciário, advogados, testemunhas de execuções e familiares de vítimas.

PUBLICIDADE



JAYME BENVENUTO LIMA JR. é advogado, jornalista e coordenador do Programa dhINTERNACIONAL, do Gajop

O relatório de Jahangir apresenta 61 casos individuais de execuções sumárias, arbitrárias ou extra-judiciais ocorridas em 7 estados brasileiros (Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo) e um amplo panorama da situação das mortes banalizadas no país, com recomendações que, uma vez seguidas, colocariam o país num outro patamar de respeito aos direitos humanos.

Entre as recomendações mais importantes destaca-se a necessidade de que o Poder Judiciário sofra uma "reforma drástica" de modo a alcançar a demora excessiva no julgamento dos processos. Na avaliação da relatora, a impunidade dos casos de extermínio e assemelhados estaria relacionada à incapacidade do Poder Judiciário julgar com rapidez e rigor. A propósito, mesmo antes de deixar o Brasil, em outubro de 2003, a relatora já dava sinais dessa necessidade, chamando também a atenção para a importância de que o Brasil venha a ser visitado oficialmente pelo Relator Especial da ONU sobre a independência dos juízes e advogados. Segundo informações oficiais, o convite para essa visita já teria partido do governo brasileiro.

Tendo em vista os fortes sinais de que existe uma vinculação entre a criminalidade e certos setores policiais, merece também menção a proposta da relatora de que o recrutamento de novos policiais seja feito mediante a investigação comportamental dos candidatos, no que diz respeito a sua possível vinculação com organismos criminais e sua orientação baseada em compromissos com direitos humanos. A preocupação com a qualidade do treinamento policial faz, igualmente, a relatora propor que cursos de qualificação profissional sejam desenvolvidos regularmente, "incluindo conteúdos de direitos humanos", com a participação da sociedade civil no

Vi
pa

Sel

Prc

Pesi

: GL

Edu

Inf

Res

Veí

Esp

desenho dos currículos.

Sobre o controle da criminalidade policial e dos agentes penitenciários, a relatora recomenda a criação de um banco de dados sobre violações de direitos humanos atribuídas a membros do sistema de justiça e segurança, incluindo o número de mortes perpetradas pela polícia, o número e o tipo de acusações criminais, o número de inquéritos policiais iniciados e de condenações dos acusados. A recomendação, nesse particular, é de que toda morte violenta ocorrida em estabelecimentos prisionais seja registrada e investigada.

Ainda no campo da preocupação com a atividade policial, destacam-se as propostas no sentido de que os policiais envolvidos em acusações formais de execuções extrajudiciais sejam temporariamente suspensos até a conclusão do julgamento; de que a atividade de investigação criminal venha a se realizar de forma autônoma e coordenada por profissionais não policiais, com o apoio técnico regularmente ampliado; de que a atividade dos corredeiros e ouvidores de polícia seja fortalecida, com a devida independência e ampliação orçamentária; e de que a atividade do Ministério Público seja fortalecida mediante uma organização apropriada para a investigação independente das execuções sumárias.

Resta esperar que os organismos federais e estaduais relacionados à proteção dos direitos humanos se movam para implementar as recomendações. Para tanto, as conferências estaduais e nacional de direitos humanos, marcadas para os próximos meses, deverão ser o espaço privilegiado para a cobrança e a adoção de compromissos claros com a diminuição dos altíssimos níveis de criminalidade violenta, incluindo a que resulta em execuções sumárias.

 **Comente esta matéria**

ANTERIORES

- A quem interessa a segurança?
- A sociedade civil e o Governo Federal
- Cidadãos de 2ª classe
- O meio, a mensagem e o público

Voltar ao topo



Copyright © 1997-2004, JC OnLine-Recife-PE Brasil Sistema JC de Comunicação. É proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo deste site para fins comerciais.
Tecnologia e Desenvolvimento: JC OnLine

